



Congresso analisa vetos que afetam ajuste fiscal

Entre os vetos presidenciais que deverão ser votados amanhã, está o feito ao reajuste salarial dos servidores da Justiça

Na semana passada, a sessão do Congresso convocada para analisar vetos presidenciais foi frustrada porque a Câmara realizou sucessivas sessões deliberativas no mesmo horário. Uma nova sessão está marcada para amanhã. O governo atua para que os vetos de Dilma Rousseff sejam mantidos. Entre os vetos a serem analisados, estão os feitos ao aumento salarial dos servidores do Judiciário e ao reajuste das aposentadorias e pensões do INSS. O ministro da Fazenda, Joaquim Levy, reuniu-se com o presidente do Senado e do Congresso, Renan Calheiros, e argumentou que, se os vetos forem derrubados, os gastos públicos subirão, ameaçando o ajuste fiscal. **3**

Delcídio do Amaral e Renan Calheiros (ao fundo) conversam enquanto o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, deixa a Presidência do Senado: reunião tratou dos vetos presidenciais



Marcos Oliveira/Agência Senado — 30/9/2015

Medidas provisórias visam a Olimpíadas e pacote econômico **7**

Proposta pune empresas que usam trabalho escravo **6**

Audiência pública avalia programa que protege empregos **2**

Empresário e médico depõem à CPI das Próteses **6**

Serviços aéreos são debatidos hoje por especialistas **7**

Comissão deve ouvir ministro sobre plano de inteligência **6**

ARQUIVO **S**



Castello Branco assina o AI-2: o país passaria a ter apenas dois partidos

Reprodução

Há 50 anos, ditadura militar implantava o bipartidarismo

Neste mês completam-se 50 anos que o presidente Humberto Castello Branco assinou o Ato Institucional nº 2, que acabou com as eleições diretas para a Presidência da República e extinguiu o multipartidarismo. O Brasil tornava-se um país bipartidário, dividido entre a Arena e o MDB. Documentos de 1965 guardados no Arquivo do Senado mostram que o Congresso Nacional reagiu ao endurecimento do regime. **4 e 5**



Reprodução

Presidente Jango em cena do documentário vencedor

Produção da TV Senado ganha prêmio nacional de jornalismo

O documentário *Em Busca da Verdade*, produzido pela TV Senado, venceu o 37º Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos na categoria Documentário de TV. O vídeo trata das violações de direitos humanos na ditadura. **8**



Cidadão pode opinar sobre Índice de Transparência do Legislativo

Até o fim do mês, está em consulta pública uma proposta do Senado que cria o Índice de Transparência do Poder Legislativo, com critérios para avaliar o nível de aderência das Casas legislativas à Lei de Acesso

à Informação. Para conhecer a proposta e enviar sugestões, o cidadão deve acessar o portal do e-Cidadania (www.senado.leg.br/ecidadania). A proposta foi elaborada pelo Conselho de Transparência do Senado. **2**

ACONTECEU NO SENADO



Jefferson Rudy/Agência Senado — 30/9/2015

Senado aprovou projetos que ampliam defesa do consumidor

O endividamento excessivo será combatido por um dos projetos aprovados em Plenário na semana passada, com incentivo à prática de crédito responsável. Esse texto aguarda segundo turno de votação dos senadores, assim como a proposta que cria um marco legal para o comércio eletrônico. **8**

vel. Esse texto aguarda segundo turno de votação dos senadores, assim como a proposta que cria um marco legal para o comércio eletrônico. **8**

Durante todo este mês, pela internet, está aberta uma consulta pública para que a população opine sobre uma proposta da Casa que cria o Índice de Transparência do Poder Legislativo

Senado ouve sociedade sobre novo índice de transparência



O SENADO COLOCA hoje em consulta pública uma proposta de Índice de Transparência do Poder Legislativo. Os objetivos são oferecer à sociedade uma ferramenta para avaliar a evolução do Legislativo no cumprimento da Lei de Acesso à Informação (LAI) e incentivar a cultura de transparência no país. O índice vai de 0 a 1 — 0 indica nenhuma transparência e 1 representa transparência total.

O modelo de avaliação estará disponível ao público no portal do e-Cidadania (www.senado.leg.br/ecidadania). A consulta ficará aberta até o dia 31.

Segundo a diretora da Secretaria da Transparência do Senado, Elga Lopes, a criação do índice é uma reivindicação das três organizações que compõem o Conselho de Transparência e Controle Social do Senado — Transparência Brasil, Ethos e Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Órgão consultivo do Senado, o conselho auxilia na formulação de políticas de transparência dos atos da Casa.

Elga ressalta que a proposta utilizou a experiência do Cidade Transparente, desenvolvido pelo Ethos para avaliar a gestão dos municípios.

Metas

O Senado não pretende, com a iniciativa, avaliar outros órgãos do Legislativo, afirma a diretora da Secretaria da Transparência:

— Não vamos fiscalizar as Casas legislativas. O índice foi criado para que elas próprias possam medir a transparência, em que ponto elas estão e traçar metas para melhorar a transparência.

De acordo com o coordenador de Controle Social da Secretaria da Transparência, Marcos Ruben de Oliveira, que participou da elaboração

da proposta, quatro temas serão medidos: transparência legislativa, transparência administrativa, participação e controle social e aderência à LAI.

Cada dimensão será analisada segundo quatro critérios: totalidade, prontidão, atualidade e série histórica.

As quatro dimensões foram estabelecidas de acordo com a Constituição, a Lei de Acesso à Informação e a Lei de Responsabilidade Fiscal. No total, haverá 66 indicadores.

O índice, diz Oliveira, é de fácil aplicação. Na página de consulta pública, haverá um manual explicando a metodologia do indicador, os critérios

de avaliação e como aplicá-los.

— Qualquer cidadão, de posse do manual, pode reproduzir o cálculo do índice, que acaba se tornando uma ferramenta de transparência e controle social disponível para a sociedade — afirma.

Na consulta pública, será possível apresentar opiniões gerais e sobre cada ponto da proposta. As críticas e sugestões serão submetidas aos responsáveis pelo projeto. Se acolhidas, serão incorporadas e homologadas pelo Conselho de Transparência. Todas as sugestões, mesmo as não acolhidas, ficarão disponíveis no Portal da Transparência do Senado.

Critérios para o cálculo

A transparência será mensurada em quatro grandes temas, denominados dimensões:



Transparência legislativa: mede a transparência do órgão quanto às atividades típicas do Poder Legislativo que constam na Constituição, bem como quanto às atividades típicas dos parlamentares



Transparência administrativa: mede a transparência do órgão legislativo quanto às questões administrativas e financeiras, incluindo aspectos abordados pela LRF e alguns tópicos da LAI

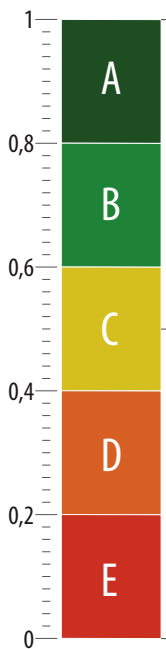


Participação e controle social: mede a abertura à participação da sociedade em geral nas atividades do Poder Legislativo, bem como as medidas adotadas para que o cidadão possa exercer o controle social sobre o Legislativo



Aderência à LAI: mede o grau de aderência dos órgãos avaliados aos dispositivos da LAI, notadamente aqueles com caráter obrigatório

Escala de transparência:



Exemplo de nota 1

- Há informação sobre todo o escopo possível
- Acesso imediato à informação, via web
- Informação do período mais recente
- Série histórica desde a vigência da LAI (16/5/2012) ou anterior

Exemplo de nota 0,5

- Só há informação parcial do escopo possível
- Acesso a informação via formulário
- Informação disponível, porém defasada
- Série histórica posterior à vigência da LAI

Exemplo de nota 0

- Não há informação
- Acesso indisponível
- Informação não disponível
- Série histórica não disponível

Proteção ao emprego será tema de debate hoje

A Medida Provisória 680/2015, que institui o Programa de Proteção ao Emprego (PPE) para permitir à empresa em dificuldade financeira reduzir a remuneração e a jornada de trabalho em até 30%, será debatida na Comissão de Direitos Humanos hoje, às 9h. Foram convidados representantes de diversos

órgãos públicos, sindicatos e associações, entre eles o diretor de Assuntos Legislativos da Associação Latino-Americana de Advogados Laboralistas, Maximiliano Garcez; a presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Anfip), Rosa Maria Jorge; o presidente da Associação Nacional dos Procuradores

do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima; e o vice-presidente de Política de Classe da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), Floriano Martins de Sá Neto.

Veja ao lado como acompanhar a audiência e participar dela

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

CDH Proteção ao emprego

9h Debate sobre a MP 680/2015, que institui o Programa de Proteção ao Emprego.

CONSELHO COMUNICAÇÃO Reunião

9h Reunião das comissões temáticas de Publicidade e Propaganda e da Tecnologia de Informação. Às 14h, audiência pública sobre o tema "Direito ao esquecimento". Logo depois, análise de parecer e apresentação de relatório sobre alteração do regimento interno.

AERONÁUTICA Reunião

10h Comissão de Reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica se reúne.

PLENÁRIO Sessão não deliberativa

14h A sessão é não deliberativa, destinada a discursos dos senadores.

MINERAÇÃO Minerais metálicos

17h Subcomissão que acompanha setor de mineração faz audiência pública interativa sobre minerais metálicos.

ASSASSINATO DE JOVENS Polícia

19h30 A CPI que investiga o assassinato de jovens discute "vitimização" da polícia no Brasil em audiência pública.

TERÇA

CCT Proteção de dados pessoais

9h Análise de projetos sobre proteção, tratamento e uso de dados pessoais. Depois, audiência pública sobre municipalização da comunicação.

CDH Privatização de empresa

9h Audiência pública interativa sobre a privatização da empresa de energia elétrica de Goiás.

CMA Calibradores de pneus

9h30 Na pauta de 12 itens, projeto que obriga postos de combustíveis a regular periodicamente os calibradores.

CAE Internet

10h Abre a pauta de 19 itens projeto que prevê redes próprias de internet nos órgãos públicos.

PRÓTESES Depoimentos

10h15 A CPI das Próteses ouve os convocados Miguel Iskin e Edson Cerqueira Garcia Freitas.

CE Joinville

10h30 Projeto que dá a Joinville (SC) o título de Capital Nacional da Dança consta da pauta de 12 itens da Comissão de Educação.

CONGRESSO Vetos

11h30 Sessão conjunta para finalizar análise de vetos presidenciais.

INTELIGÊNCIA Reforma de leis

14h30 Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI) analisa requerimentos e apresenta sugestões para a reforma da legislação do setor.

MP 691/2015 Imóveis da União

14h30 Audiência para discutir MP sobre a gestão de imóveis da União e seu uso para a constituição de fundos.

QUARTA

MERCOSUL Tarifa aeroportuária

14h30 A Representação Brasileira no Parlasul analisa projeto sobre isenção de tarifa aeroportuária.

CI Indicado para o Dnit

8h30 A comissão sabatina Fernando Fortes Melro Filho.

CAS Mamografia pelo SUS

9h A comissão analisa o texto que dispensa pedido médico para a realização de mamografia de rastreamento pelo SUS e mais 16 itens.

CDR ICMS para os estados

9h A comissão faz audiência para instruir a proposta que fixa alíquotas de ICMS nas operações interestaduais.

CE Educação em tempo integral

10h A Comissão de Educação e Cultura realiza audiência sobre o Programa Mais Educação.

CCJ Efeito cascata

10h Entre os 38 itens em análise está a PEC 62/2015, que impede "efeito cascata" no reajuste de agentes públicos.

MP 684/2015 Parcerias voluntárias

10h30 Audiência para debater a MP que estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias.

MP 682/2015 Fundo do Seguro Rural

14h30 A comissão da MP sobre a gestão do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural aprecia relatório.

MP 690/2015 Bebidas e eletrônicos

14h30 A comissão da MP que eleva tributos para bebidas e produtos eletrônicos realiza audiência pública.

PACTO FEDERATIVO Zona franca

14h30 A Comissão Especial para o Aprimoramento do Pacto Federativo analisa o projeto que cria a Zona Franca de São Luís.

MP 691/2015 Imóveis da União

15h Audiência pública interativa para instruir a MP que autoriza a venda de imóveis da União para a constituição de fundos. Entre os convidados, estão representantes do Ministério Público Federal e do Conselho Federal da OAB.

MP 692/2015 IR sobre imóveis

15h Instalação e eleição de presidente e vice-presidente da comissão da MP que aumenta o Imposto de Renda sobre a venda de imóveis.

QUINTA

CMO Orçamento

9h30 Reunião extraordinária.

CRE Indústria de defesa

10h A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional realiza audiência pública interativa para discutir a situação da indústria de defesa brasileira e projetos estratégicos do setor.

SEXTA

DESBUROCRATIZAÇÃO Reunião

10h Reunião das coordenações temáticas da Comissão de Juristas da Desburocratização. Às 14h, está prevista a continuação do encontro.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa> • **Alô Senado:** 0800 612211
Acompanhe: • **Portal e-Cidadania:** senado.leg.br/ecidadania
 • **Facebook:** [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • **Twitter:** [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado) • **TV:** senado.leg.br/TV

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 9h, audiência pública da Comissão de Direitos Humanos. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Congresso vota amanhã vetos presidenciais

Após tentativa frustrada de sessão na semana passada, parlamentares foram convocados novamente para analisar vetos pendentes, como o feito ao reajuste salarial do Judiciário

UMA SESSÃO DO Congresso Nacional está marcada para as 11h30 de amanhã para finalizar a votação dos vetos presidenciais iniciada no dia 22. Os itens mais polêmicos são o veto total ao reajuste salarial de até 78,56% para os servidores do Judiciário e o veto à correção das aposentadorias e pensões acima de um salário mínimo com ganhos reais.

Quando esteve reunido com o presidente do Senado, Renan Calheiros, na semana passada, o ministro Joaquim Levy, da Fazenda, chegou a afirmar que a confirmação dos vetos presidenciais corresponderia, em termos fiscais, “a duas CPMFs” — referindo-se à arrecadação prevista com a recriação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira.

Para vetar o reajuste do Judiciário, a presidente Dilma Rousseff citou o impacto financeiro da medida, “contrária aos esforços necessários para o equilíbrio fiscal”. Estima-se que o reajuste custaria R\$ 27,5 bilhões nos próximos quatro anos e, depois disso, mais de R\$ 10 bilhões por ano.

A oposição já anunciou a intenção de votar pela derrubada

do veto, mas os governistas continuam se mobilizando para manter esse e todos os demais vetos da pauta.

— Estamos contando os votos, mas eu acho que o cenário que se avizinha é pela manutenção dos vetos. Temos que trabalhar para garantir isso. Será uma sinalização importante para a economia e para o mercado — afirmou o líder do governo no Senado, Delcídio do Amaral (PT-MS).

Sessão marcada

Uma sessão do Congresso chegou a ser marcada para a quarta-feira passada, mas acabou cancelada devido à decisão da Câmara de convocar sessões deliberativas para o mesmo horário.

Desde julho, quando a correção salarial foi vetada, servidores do Judiciário protestam em frente ao prédio do Congresso pela derrubada do veto. Nos dias em que há sessão, milhares de servidores ocupam o gramado e as galerias do Plenário da Câmara (onde ocorrem as sessões do Congresso) para tentar conquistar o voto dos congressistas. Usam cartazes



Deputados e senadores participam de sessão do Congresso: vetos presidenciais à espera da decisão

e panfletos e fazem muito barulho, com carros de som, gritos de ordem e vuvuzelas.

Além disso, os funcionários da Justiça Federal estão em greve desde junho, como parte da campanha pela obtenção do reajuste. Segundo os líderes do movimento, os servidores do Judiciário estão sem aumento há nove anos. Eles prometem retomar a mobilização hoje.



Servidores do Judiciário fazem ato no Congresso por derrubada de veto

Parlamentares decidirão sobre reajuste das aposentadorias

Um dos vetos presidenciais de grande repercussão que precisam ser analisados é o que diz respeito ao reajuste dos benefícios de aposentados e pensionistas do INSS. Ao sancionar a Lei 13.152/2015, que prorroga até 2019 a atual política de valorização do salário mínimo, a presidente Dilma vetou a extensão da sua fórmula de correção às aposentadorias e pensões (VET 29).

Dessa forma, aposentados e pensionistas que recebem mais de um salário mínimo continuarão contando apenas com a reposição da inflação, sem nenhum ganho real. Na justificativa do veto, a presidente afirma que a vinculação entre o salário mínimo e os benefícios pagos pelo INSS violariam a Constituição.

Também está na lista um destaque relativo a alterações na legislação do Imposto de Renda da Pessoa Física (VET 25). O trecho destacado veta a possibilidade de professores deduzirem do IR os valores gastos com a compra de livros. O benefício também seria estendido aos dependentes.

A justificativa é que isso implicaria renúncia de arrecadação. O Executivo argumenta ainda que há inadequação na forma, ao não estimar o impacto e as devidas compensações financeiras da medida.

Ainda aguardam votação

outros três vetos que foram alvo de destaques na sessão do dia 22. Um deles (VET 21) mantém inalterados dispositivos da Lei 13.139/2015, que trata da taxação de terrenos de marinha (áreas costeiras de propriedade da União). O Congresso havia decidido reduzir os custos dos contribuintes com taxas e multas relativas a direitos patrimoniais do governo federal, e a Presidência da República optou pelo veto parcial invocando a necessidade impedir “significativa perda de receitas”, “sem a indicação das devidas medidas compensatórias”.

Outro veto (VET 31) foi aplicado sobre vários trechos da Lei 13.155/2015, que refinancia as dívidas fiscais e trabalhistas de clubes de futebol e entidades esportivas. Segundo o Executivo, era preciso vetar tais dispositivos para evitar renúncia de arrecadação e garantir segurança jurídica.

Também deve ser examinado o veto ao projeto que modificou a Lei Complementar 151, alterando regras de contratos de refinanciamento de dívidas entre União, estados, Distrito Federal e municípios (VET 33).

Recém-chegados

Além disso, entraram na pauta do Congresso Nacional dois vetos novos cujas votações não estavam previstas no dia 22.

O primeiro deles (VET 37) impede a revogação de artigo do Código de Trânsito Brasileiro que estabelece as normas para apreensão de veículos. Sem esse dispositivo, argumenta a presidente Dilma Rousseff na mensagem ao Legislativo, a penalidade de apreensão não poderia ser aplicada.

O VET 38, por sua vez, trata da lei que revê a desoneração na folha de pagamento concedida a 56 setores da economia (Lei 13.161/2015). Criada em 2011, a desoneração trocava a contribuição patronal de 20% sobre a folha de pagamentos para a Previdência por alíquotas incidentes na receita bruta das empresas.

Com a nova lei, o governo aumentou as duas alíquotas de 1% e 2% vigentes para a maioria dos setores para, respectivamente, 2,5% e 4,5%.

As novas alíquotas entram em vigor em 1º de dezembro e resultarão em uma arrecadação de cerca de R\$ 10 bilhões. O trecho vetado pela presidente, entretanto, previa alíquota diferenciada, de 1,5%, para o setor têxtil. Na justificativa de veto, a presidente da República argumentou que o tratamento especial ao setor resultaria em “prejuízos sociais” e contrariaria a lógica de economia do projeto.

Pauta inclui projeto sobre pagamento de benefícios de ex-funcionários da Varig

A pauta de votação da sessão do Congresso marcada para amanhã inclui três projetos de lei que, por terem origem em comissões mistas, são submetidos à análise em sessões conjuntas, em que deliberam os membros da Câmara e do Senado.

Um deles é o PLN 2/2015, que destina R\$ 368,26 milhões para pagamento de benefícios a aposentados e pensionistas do Instituto Aerus de Seguridade Social, o fundo de pensão dos ex-empregados da Varig e da Transbrasil. A dívida é decorrente de uma execução provisória requerida em 2004 pelo Sindicato Nacional dos Aeronautas e pela Associação dos Funcionários Aposentados e Pensionistas da Transbrasil.

Os recursos para a abertura do crédito serão cobertos pelo superávit financeiro apurado no balanço patrimonial de 2014. O governo alega que o crédito não vai afetar o superávit primário deste ano, já que as despesas serão consideradas na próxima avaliação das receitas e gastos públicos feita pelo Ministério do Planejamento. O montante equivalente ao PLN terá de ser incluído no contingenciamento para evitar que afete a meta do ano de superávit primário.

O PLN 3/2015 cria uma

gratificação para os representantes dos contribuintes no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais do Ministério da Fazenda (Carf). O valor apresentado no projeto para cobertura da despesa é de R\$ 5,66 milhões. De acordo com o governo, a gratificação vai profissionalizar a atividade de julgador do Carf e evitar que os advogados que atuam em favor dos contribuintes infrinjam o Estatuto da Advocacia. A norma proíbe conselheiros de órgãos colegiados da administração pública de praticar a profissão.

Orçamento impositivo

Fechando a pauta, o PLN 4/2015 possibilita o uso dos restos a pagar decorrentes de anos anteriores a 2014 para emendas individuais no cumprimento da execução financeira do chamado orçamento impositivo, ou seja, à obrigação instituída pela Emenda Constitucional 86 de execução de todas as emendas incorporadas à lei orçamentária pelos congressistas. O texto altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2015. Os restos a pagar de emendas individuais de 2014 (R\$ 3,96 bilhões) e anos anteriores (R\$ 2 bilhões) somam R\$ 5,96 bilhões.

Há 50 anos, país passava a ter só 2 partidos

Em outubro de 1965, derrotada nas urnas, a ditadura extinguiu todos os partidos e aboli a eleição direta para presidente. Era o Ato Institucional nº 2, o AI-2. Dele, surgiram duas novas siglas na política brasileira: a Arena e o MDB

André Fontenelle

SE JUSCELINO KUBITSCHEK não tivesse embarcado num Boeing 707 da Air France rumo ao Rio de Janeiro na noite de 4 de outubro de 1965, talvez o maior partido do Brasil de hoje não se chamasse PMDB. Para entender a relação entre dois fatos aparentemente tão incongruentes, é preciso conhecer uma história que neste mês completa 50 anos: a do Ato Institucional nº 2, que extinguiu os antigos partidos políticos brasileiros, substituindo-os por apenas dois: a Arena e o MDB.

No primeiro ano após o golpe de 1964, o governo do marechal Castello Branco se esforçava para manter uma fachada de democracia. Os partidos continuavam a existir — os três principais eram o Partido Social Democrático (PSD), a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). O Congresso continuava aberto, apesar das cassações de políticos, e havia até jornais de oposição ao governo, como a *Última Hora* e o *Correio da Manhã*. A eleição presidencial direta prevista para 1965 fora adiada para 1966, mas se mantiveram os pleitos para 11 dos 22 governos estaduais (na época, os calendários eleitorais dos estados não coincidiam).

As duas principais unidades da Federação em jogo na eleição eram Minas Gerais e Guanabara, governadas, respectivamente, por Magalhães Pinto e Carlos Lacerda, os dois maiores líderes civis do golpe e pré-candidatos da UDN à Presidência. A vitória de seus candidatos (Roberto Rezende, em Minas, e Carlos Flexa Ribeiro, na Guanabara) era vista como crucial para a "obra revolucionária".

Aí entra Juscelino na história. Cassado em 1964, o ex-presidente estava vivendo em Paris, num exílio voluntário. À distância, JK indicou os candidatos do PSD em Minas e na Guanabara: em Minas, o empresário Sebastião Paes de Almeida, seu ex-ministro da Fazenda; na Guanabara, o marechal Henrique Teixeira Lott, líder da "esquerda" nas Forças Armadas e ex-candidato de Juscelino à Presidência em 1960 (derrotado por Jânio Quadros).

Temendo a vitória dos candidatos de JK, o regime agiu para inviabilizá-los. Pressionou o



Jornais registram dois momentos críticos: Última Hora festeja o retorno de JK ao Brasil, em 5 de outubro, e o Jornal do Brasil noticia a assinatura do AI-2, no dia 28



Tribunal Superior Eleitoral a impugnar as duas candidaturas — a de Paes de Almeida, sob pretexto de abuso de poder econômico numa eleição anterior, para a Câmara; e a de Lott, sob o argumento de que seu domicílio eleitoral era Teresópolis, no estado do Rio, ou seja, fora do território da Guanabara.

Carreata

Com a impugnação de Paes de Almeida e Lott no TSE, JK lançou mão de outras candidaturas que tinha na manga, dois velhos aliados: Israel Pinheiro, em Minas Gerais, e Negrão de Lima, na Guanabara. Sem argumentos para impugná-los, o regime teve que assistir, humilhado, à vitória de ambos, por ampla margem. — Então Juscelino (erradamente, eu acho) pegou o primeiro avião em Paris e veio ao Brasil para comemorar — conta o cientista político David Fleischer, da Universidade de Brasília (*leia entrevista ao lado*). Foi recebido com festa no desembarque no Galeão e levado em carreata até a zona sul, onde a multidão o carregou nos ombros.

— Isso enfureceu a linha dura dos militares — lembra Fleischer. A ala do governo que defendia um endurecimento do regime não engoliu o gesto de JK, interpretado como provocação. Cogitou-se impedir a posse de Israel e Negrão. Mas Castello Branco aferrou-se à promessa de empessar os eleitos, quem quer que fossem.

Os filhos de JK tomaram posse, mas o preço foi alto. Em troca, Castello cedeu à linha dura e aceitou o fechamento do regime. Dez dias após as eleições, enviou ao Congresso uma proposta de emenda à Constituição que dava mais poderes ao Executivo (*leia texto ao lado*). Ao ver que o Parlamento não aprovaria a PEC, o governo a trocou pelo segundo ato institucional, em 27 de outubro de 1965, três semanas depois da derrota eleitoral. O AI-2, como foi chamado — o primeiro ato institucional não era numerado, porque se imaginava que seria o único —, extinguiu todos os partidos políticos e cancelava de vez a eleição presidencial de 1966.

Para formar novas agremiações, o AI-2 exigia reunir pelo menos 120 deputados e 20 senadores. Como na época o Senado tinha 66 membros (eram 22 os estados), matematicamente poderiam existir três partidos. Mas desde o início a ideia era que fossem apenas dois: um reunindo o bloco parlamentar de apoio ao governo e outro com o que restasse de "oposição consentida" à ditadura.

Os novos partidos não se formaram de imediato. Na Aliança Renovadora Nacional (Arena), o processo foi mais rápido. Quase toda a UDN, a maior parte do PSD e até alguns petebistas (sobretudo de Minas Gerais) migraram para o partido governista. O bipartidarismo forçado deu origem a brigas políticas em vários estados. Caciques do PSD

e da UDN, ferrenhos adversários, foram obrigados a conviver no espaço do mesmo partido.

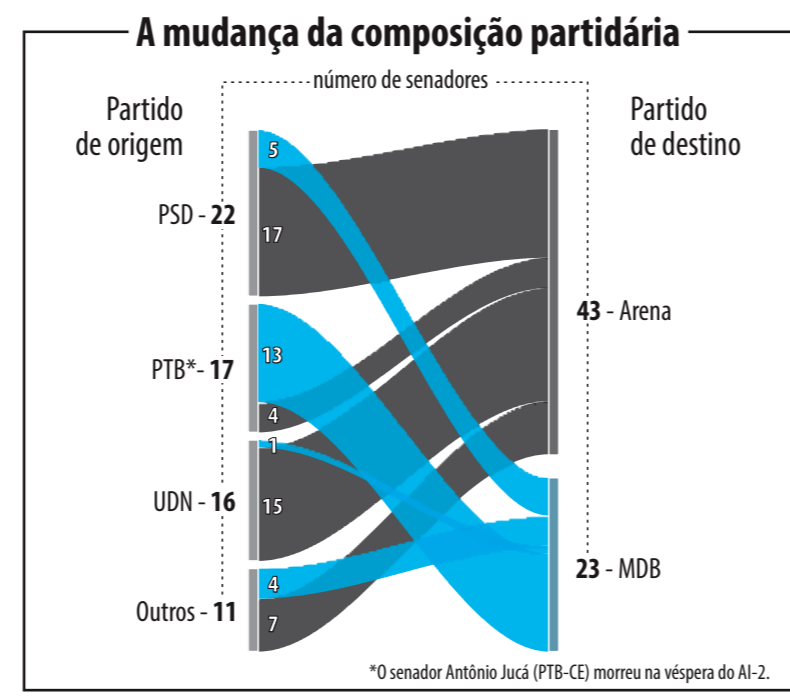
Costela do regime

Outro problema foi juntar 20 senadores e 120 deputados co-rajosos o bastante para formar um partido de oposição. A muito custo conseguiram-se reunir 151 deputados e 22 senadores para a obtenção do registro no TSE. O nome inicial de Ação Democrática Brasileira (ADB) foi rapidamente alterado para Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Só em 24 de março de 1966 o TSE concederia o registro aos dois novos partidos.

Nascido de uma costela do regime a que deveria se opor, o MDB custou a conquistar credibilidade. O eleitorado contrário

à ditadura não enxergava nele um legítimo partido de oposição. Esmagado pela Arena nas eleições de 1966 e 1970, o MDB quase desapareceu. Foi salvo em 1974, quando o fim do "milagre econômico" levou a um voto de protesto que deu à oposição a vitória em 16 dos 22 estados nas eleições para o Senado.

Arena e MDB existiram até dezembro de 1979, quando uma nova reforma partidária — esta, ironicamente, para dividir o MDB — reintroduziu o multipartidarismo no Brasil. O MDB acrescentou ao nome o P de partido, como exigia a nova lei, e, 50 anos depois do AI-2, é hoje a legenda de maior representação parlamentar no Brasil. Uma história que começou na sala de embarque do aeroporto de Paris.



Congresso fez gesto de resistência contra arbítrio do Ato Institucional nº 2

Uma pasta com folhas amareladas em bom estado de conservação, no acervo do Arquivo do Senado, testemunha um dos últimos esforços do Congresso para conter a escalada autoritária do regime, nos dias que antecederam a imposição do segundo ato institucional (AI). A pasta guarda os documentos da tramitação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 5/1965, que, com algumas alterações e sem ser votada pelo Parlamento, seria o embrião do AI-2.

Após a derrota da UDN nas urnas, a situação política deteriorou-se rapidamente. "Parte considerável das Forças Armadas perde a confiança na eficácia dos meios legais para conduzir a revolução aos seus objetivos", noticiou em linguagem hermética o *Jornal do Brasil* em 8 de outubro de 1965. Traduzindo: a linha dura queria a ditadura. O próprio Castello Branco estava sob a ameaça de um "golpe dentro do golpe".

O fosso entre os líderes militares e civis de 1964 se aprofundou. O resultado das eleições em Minas e na Guanabara suscitava a possibilidade de uma vitória da oposição no pleito presidencial marcado



Arthur Virgílio: o senador do PTB do Amazonas insurgiu-se contra o ato

para 1966, mesmo com Juscelino cassado e impedido de se candidatar. Carlos Lacerda pôs lenha na fogueira ao dizer que "a revolução acabou". Milton Campos, ministro da Justiça Armadas de Castello Branco, pediu demissão — mais um sinal de que se tornava insustentável a situação dos defensores da legalidade.

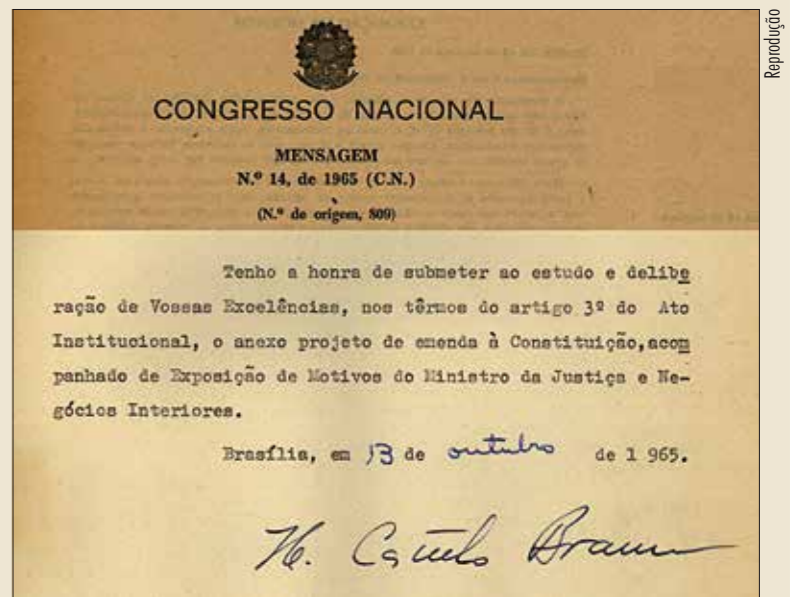
Castello informou ao senador Filinto Müller (PSD-MT) que pediria a aprovação de medidas de exceção. Elas se traduziram na PEC 5/1965, enviada ao Congresso em 13 de outubro.

A votação da PEC foi marcada para o dia 26. Substitutos apresentados por parlamentares, sobretudo do PSD (partido de Juscelino), tentavam edulcorar algumas das medidas

mais duras. O senador Josaphat Marinho (sem partido-BA) tentou manter a prerrogativa do Judiciário de rever cassações de governadores e prefeitos. Na pasta conservada no Arquivo do Senado, acumulam-se as assinaturas apressadas de parlamentares, em folhas de papel almaço.

No dia marcado para a votação, o governo não contava com o número de votos necessário para aprovar a PEC. Sabia-se que, não sendo atendido, Castello editaria um ato institucional. A discussão em sessão conjunta começou às 21h, com as galerias lotadas. Um dos senadores mais combativos da época, Arthur Virgílio (PTB-AM) — pai do ex-senador e atual prefeito de Manaus, Arthur Virgílio Neto —, alertou:

— Um Congresso sem autonomia, que amanhã poderá estar sob um outro ato institucional e terários de seus membros cassados, este Congresso é que não se agacha? Este Congresso que tem cedido tudo sob pressão. Que nos fechem hoje, mas com o povo que nos assiste ao nosso lado; e não nos fechem amanhã, senhor presidente, ingloriamente, com o aplauso do povo brasileiro,



Do Arquivo do Senado, a mensagem de Castello Branco ao Congresso Nacional

como aconteceu em 1937, na implantação do Estado Novo. Para evitar a derrota, o governo passou a fazer obstrução. A sessão se estendeu até as 4h50, na madrugada, quando já não havia número regimental.

Foi convocada uma sessão ordinária para as 14h30 do mesmo dia. Ao ser aberta, porém, já não havia PEC a ser votada. Às 11h15, no Palácio do Planalto, o ministro Luís Viana Filho, da Casa Civil, iniciou a leitura do ato, que Castello assinaria 15 minutos depois. O Congresso só voltaria a funcionar em 3 de novembro. Arena e MDB ainda não existiam, mas UDN, PSD e PTB já eram coisa do passado.

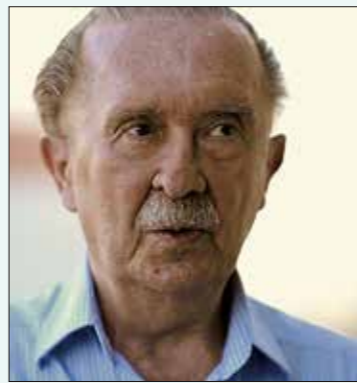
O AI-2 não se limitou a extinguir os partidos pré-65. Em seus 33 artigos, removiu uma série de dispositivos da

Constituição de 1946 que ainda preservavam um arremedo de democracia. O ato reduziu os poderes do Parlamento, ao implantar o "curso de prazo" para as emendas à Constituição apresentadas pelo presidente da República. Se uma emenda não fosse apreciada em 45 dias pela Câmara e em outros tantos pelo Senado, estava automaticamente aprovada. O número de ministros do Supremo Tribunal Federal aumentou de 11 para 16, o que permitiu

compor uma maioria de juízes alinhada com o regime. Na definição da historiadora Emília Viotti da Costa, "o AI-2 institucionalizava o arbítrio sob a fachada de legalidade". Era mais um passo na direção do fechamento do regime, que culminaria no AI-5, em 1968.

Castello Branco queria implantar voto distrital, diz cientista político

David Fleischer, professor do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB), contou ao *Arquivo S* detalhes hoje quase esquecidos daquele período e que ajudam a entender as sutilezas da política da época — por exemplo, por que não se adotou o voto distrital no Brasil com o bipartidarismo imposto pelo AI-2. Outros trechos da entrevista podem ser vistos num vídeo do Portal do Senado.



David Fleischer, professor de ciência política da Universidade de Brasília

Na época, houve quem afirmasse que não havia muito a lamentar, porque os partidos tradicionais já não tinham credibilidade. O senhor concorda?

Mais ou menos. Antonio Lavareda [cientista político] fez sua pesquisa de doutorado usando dados dos acervos empoeirados do Ibope, no Rio de Janeiro, de pesquisas de opinião do final dos anos 50 e do início dos 60 mostrando que grande parte do eleitorado tinha afinidade com o PTB e outra parte com a UDN e o PSD. Mostrou

que o eleitorado tinha certo vínculo com esses três partidos. Após a intervenção militar e o ato institucional, com as cassações e o que aconteceu em 64 e no início de 65, o sistema partidário entrou um pouco em descrédito. Mas dizer, no geral, que todo o sistema partidário estava desacreditado, não foi bem assim, não.

É verdade que antes do bipartidarismo já havia dois grandes blocos no Congresso, precursores da Arena e do MDB?

Sim. Desde o fim dos anos 50 e o início dos anos 60, havia dois blocos suprapartidários dentro do Congresso, principalmente na Câmara dos Deputados: a ADP, Ação Democrática Parlamentar, mais à direita, e a Frente Parlamentar Nacionalista, mais à esquerda, que tinha mais deputados. Esses dois blocos eram mais ou menos uma prévia do que seriam a Arena e o MDB. Claro que as duas frentes sofreram muitas cassações, já com o primeiro ato institucional, principalmente na Frente Parlamentar Nacionalista. Do que sobrou, a maior parte foi para o MDB. Da ADP, quase 100% foram para a Arena. Então o Brasil já era um sistema mais ou menos bipartidário, com esses dois blocos.

Houve uma tentativa de criar um terceiro partido, além de Arena e MDB?

Sim. Pedro Aleixo [político mineiro, vice-presidente entre 1967 e 1969] tentou duas vezes criar o PDR [Partido Democrá-

tico Republicano]. Mas ele não conseguiu alcançar o número mínimo de assinaturas para criar esse terceiro partido. O próprio governo militar passou a sentir certo desconforto com o sistema bipartidário, porque percebeu que isso tirava muito o espaço de manobra, que esses dois partidos eram como camisas de força. Quando o MDB cresceu, tornando-se um partido de massa, nas eleições de 74 e principalmente nas de 78, o governo achou que implantar um multipartidarismo moderado facilitaria manobras e manipulações.

Por que não se adotou o voto distrital, junto com o bipartidarismo?

Esse é um lance que pouca gente sabe. Castello Branco lia a língua francesa muito bem. E já tinha lido os livros de Maurice Duverger, um cientista político que escreveu sobre partidos e formulou a chamada Lei de Duverger: quando você tem dois partidos, o sistema

eleitoral deve ser majoritário distrital uninominal; se houver mais partidos, o sistema será proporcional. Castello entendeu muito bem essa "lei". Então chamou o TSE para "distritalizar" o Brasil e desenhar um mapa com distritos. Ele estava pronto para assinar um ato complementar e implantar esse sistema no Brasil. Mas aí chegaram os ex-udenistas, que já estavam na Arena, dizendo "não assinie isso, pelo amor de Deus, porque os ex-PSD, nossos inimigos históricos, que estão na Arena, são muito mais bem situados no interior e vão ganhar em mais distritos do que nós, da UDN". Castello tinha certa simpatia para com os udenistas. Segurou a caneta e não assinou. Até 1978, nós tivemos um sistema inusitado, de bipartidarismo com representação proporcional. Só em 1982 temos eleições com um sistema multipartidário.

Veja vídeo da Agência Senado: <http://bit.ly/Bipartidarismo>

Empresa que usa trabalho escravo pode ficar fora de licitação pública

Projeto do Senado, que também veda acesso a financiamentos do governo, é um dos itens que devem ser analisados amanhã em comissão

A COMISSÃO DE Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) se reúne amanhã para analisar uma pauta de 12 itens. Entre eles, está o substitutivo da senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 487/2003, do senador Paulo Paim (PT-RS). A proposta impede a empresa que utilize trabalho escravo (direta ou indiretamente) de fazer contrato com órgãos públicos. O texto também veda o acesso a financiamentos do governo, com ou sem subsídios.

Entre os documentos exigidos de interessados em participar de licitações públicas, poderá ser incluído certificado comprovando a não utilização de trabalhadores em condição análoga à de escravo, expedido pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Calibragem de pneu

Consta ainda na pauta da comissão projeto que obriga



Carvoaria do interior de São Paulo em que foram encontrados trabalhadores em condições análogas à de escravidão

os postos de combustíveis a fazer regulagens periódicas dos calibradores de pneus.

A proposta (PLC 104/2014) foi apresentada pela ex-deputada Nilda Gondim e visa aumentar o tempo de uso dos pneus, garantir condições de

segurança aos veículos e reduzir o consumo de combustível.

Também pode ser votado o PLS 174/2014, que isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), por até dez anos, os carros elétricos, a bateria ou elétricos híbridos a

etanol, de fabricação nacional.

O benefício poderá ser concedido também a veículos que utilizem mistura igual ou superior a 30% de biodiesel no diesel. A desoneração pretende incentivar a popularização de carros menos poluentes.

CPI das Próteses ouve empresário e médico suspeitos de integrar "máfia"

A CPI das Próteses ouvirá amanhã, em audiência pública às 10h15, dois suspeitos de participação na "máfia das próteses". O médico Edson Freitas e o empresário Miguel Iskin são investigados por indícios de que operam no esquema de superfaturamento de próteses e órteses.

Freitas foi citado como um dos médicos que oferecem a cirurgia de implantação de próteses a preços acima do normal. Já Iskin é presidente da Oscar Iskin, empresa fabricante de equipamentos protéticos e uma das investigadas como fornecedora do esquema.

A convocação foi requerida pelo presidente da comissão parlamentar de inquérito, Magno Malta (PR-ES).



Os senadores Magno Malta, presidente da CPI, e Humberto Costa, relator

Comissão deve questionar Jaques Wagner sobre política de inteligência

A Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência se reúne amanhã, às 14h30, para avaliar dois requerimentos. O primeiro, do senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), convida o ministro da Casa Civil, Jaques Wagner, para explicar a demora na publicação da Política Nacional de Inteligência.

O segundo requerimento, da deputada Jô Moraes (PCdoB-MG), pede audiência pública para debater a reforma da legislação brasileira de inteligência. Para o encontro, ainda sem data, estão convidados representantes da Associação Nacional dos Oficiais de Inteligência e da Associação dos Servidores da Agência Brasileira de Inteligência. Na segunda parte da reunião, a comissão



Aloysio Nunes Ferreira, que propôs convite a novo ministro da Casa Civil

pretende analisar as sugestões para a reforma da legislação, colhidas em audiência pública feita em julho.

A comissão tem Jô Moraes como presidente e Aloysio como vice. Com seis deputados e seis senadores, tem como objetivo a fiscalização e o controle externo das atividades de inteligência e contrainteligência desenvolvidas no Brasil e no exterior pelo governo federal.

Medeiros pede ação de incentivo a doação de medula

José Medeiros (PPS-MT) defendeu na sexta-feira o incentivo à doação de medula óssea.



Segundo ele, a prática nem sempre é estimulada pelos meios de comunicação. O senador falou da dificuldade para um doente se recuperar. Irmãos, por exemplo, são geneticamente compatíveis em 25% das vezes; entre pessoas não aparentadas, a chance é de 1 em 100 mil.

— Esta é a dificuldade: a pessoa, após descobrir que nenhum parente é compatível, tem 1 chance em 100 mil.

Ele frisou que é preciso ampliar o banco de doadores.

— Daí a importância de uma ação coordenada que estimule o cadastro de doadores em regiões com populações de características étnicas específicas.

Raupp cobra conclusão de obras de infraestrutura

Valdir Raupp (PMDB-RO) cobrou do governo a continuidade de obras de infraestrutura em Rondônia.



Em discurso, ele reconheceu a qualidade do trabalho feito pelo governo federal na restauração de rodovias no estado, mas disse esperar que não ocorra interrupção das obras.

— Faço esse apelo às autoridades federais, para que, mesmo com orçamento apertado, não parem as obras de infraestrutura em Rondônia e em todo o país.

O senador citou avanços na telefonia, no saneamento básico e na energia, mas cobrou o cumprimento dos compromissos de melhorias também nessas áreas.

Ele admitiu que o país vive um período de crise econômica e política, mas advertiu que o Brasil não pode parar.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário:
 Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

MPs do pacote fiscal e sobre Olimpíadas chegam ao Congresso

Uma das medidas provisórias suspende, para o ano de 2016, incentivos relacionados a inovação e pesquisa. A outra estende benefícios fiscais a empresas que ofertarão energia durante os Jogos Olímpicos e concede porte de arma a auditores da Receita

DUAS MEDIDAS PROVISÓRIAS foram lidas na sexta-feira, em Plenário. As MPs 693 e 694, editadas pela presidente Dilma Rousseff em 30 de setembro, serão primeiro analisadas pelas comissões mistas de deputados e senadores antes de serem votadas nas duas Casas do Congresso.

Entre outros pontos, a MP 694/2015 passa de 15% para 18% a alíquota do Imposto de Renda na fonte que incide sobre os juros de capital próprio pagos a titulares, sócios ou acionistas de empresas. A medida, se aprovada, valerá somente a partir do ano que vem.

Parte do ajuste fiscal do governo, a MP também suspende a partir de 2016 a permissão que é dada às empresas de excluírem do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), os percentuais gastos com pesquisa e inovação.

O texto também aumenta algumas alíquotas do PIS e da Cofins relacionadas à importação de produtos químicos utilizados pela indústria petrolífera.

Jogos Olímpicos

A MP 693/2015 isenta ou suspende a incidência de nove tributos para as distribuidoras de energia responsáveis pelo fornecimento onde ocorrerão competições dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. Além do Rio de Janeiro, sede dos eventos, ocorrerão partidas de futebol em São Paulo, Belo Horizonte, Salvador, Brasília e Manaus.

Entre os tributos atingidos, estão a Cide-Combustíveis, o Imposto sobre



Obras do Parque Olímpico do Rio 2016: distribuidoras de energia terão isenção de 9 tributos

Produtos Industrializados (IPI) e a Cofins (desde que vinculados à importação), o Imposto de Importação, a contribuição para o PIS-Pasep incidente sobre a importação de serviços ou bens e o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante.

A MP também concede às distribuidoras a isenção do Imposto de Renda Retido na Fonte que incide sobre prestação de serviços, fornecimento de bens ou aluguéis. As empresas poderão se valer dos benefícios, por exemplo, nas obras de construção civil e para a compra ou aluguel de máquinas.

Outro ponto da MP é a isenção da Taxa de Fiscalização de Produtos Controlados pelo Exército, que passa a beneficiar as empresas responsáveis

pela organização dos Jogos. O benefício poderá ser usufruído pelos comitês internacionais, pelas federações esportivas internacionais e pelos atletas.

A MP ainda trata de um outro tema, não relacionado aos Jogos. O texto passa a conceder porte de arma de fogo para os auditores da Receita Federal.

O governo alega que ocorreram mais de 15 atentados nos últimos anos contra esses servidores, que resultaram em oito mortes. As ações se deram por retaliações de criminosos. Os auditores ficam autorizados a usar armas da própria Receita nas ações de maior risco, assim como armas próprias ou da instituição, mesmo fora do horário ou local de trabalho, quando forem vítimas de ameaças registradas na polícia.

Comissão de revisão do Código Aeronáutico debate serviços aéreos

A Comissão de Reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica reúne-se hoje, às 10h, para tratar, entre outros temas, dos serviços aéreos, aviação experimental e infraestrutura.

Criada em junho, a comissão revisa todos os dispositivos do Código de Aeronáutica para adequar a legislação às inovações tecnológicas, que hoje fazem com que a comunicação dos aviões seja quase toda feita por satélite, sem desconsiderar a massificação do transporte aéreo. Depois de aprovado no colegiado, o anteprojeto de reforma do código será transformado em projeto de lei, que será analisado pelo Senado e pela Câmara dos Deputados. O colegiado, que conta com 24 membros, entre juristas, professores e engenheiros, deverá concluir seus trabalhos até 12 de dezembro.

A comissão já recomendou a abertura total do setor aéreo ao capital estrangeiro, a isenção de certificação obrigatória para pequenos aeroportos e a desburocratização das atividades aeroportuárias, bem como a adoção de penas mais severas para quem soltar balões e outros artefatos prejudiciais à aviação.

A comissão é presidida pelo advogado e professor de direito aeronáutico nacional e internacional da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), Georges de Moura Ferreira. E tem como relatora a doutora em direito internacional Maria Helena Fonseca de Souza Rolim, pesquisadora da área de estratégia espacial.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Cristovam rejeita apoio do PDT ao governo Dilma

Cristovam Buarque (PDT-DF) fez duras críticas ao seu partido sexta-feira por continuar a apoiar o governo da presidente da República, Dilma Rousseff. O PDT ocupava o Ministério do Trabalho, mas foi convidado a comandar o Ministério das Comunicações, com o deputado André Figueiredo, do PDT do Ceará. O movimento, diz o senador, se dá semanas depois de a bancada da Câmara anunciar o rompimento e a saída da base do governo.

— O PDT vai mergulhar em um abismo, de um governo que se exauriu, em troca de um ministério — lamentou.

Na opinião do senador, manter o apoio a Dilma em troca de “um ministério de porteira fechada” se chama “negociata” e deveria envergonhar o partido:

— Não contem comigo para isso — disse.



Fotos: Genaldino Magalhães/Agência Senado

Vanessa: reforma ministerial vai atenuar crise

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) considerou que as novas nomeações da reforma ministerial promovida por Dilma Rousseff ajudarão na solução da crise política e dos conflitos entre parlamentares da base governista e o Executivo.

Ela citou como exemplo de distúrbios de ordem política a postura do presidente da Câmara, Eduardo Cunha, que, semana passada, segundo ela, inviabilizou a sessão do Congresso para votação dos vetos presidenciais em pauta. O Senado e Renan Calheiros, ao contrário, têm adotado uma atitude madura e responsável para com o Brasil, frisou Vanessa.

— O Congresso deve se voltar para a superação da crise e a criação de um ambiente mais propício à produção, ao conjunto da população e dos trabalhadores — conclamou.



Randolfe defende papel da CGU contra corrupção

A possibilidade de extinção ou enfraquecimento da Controladoria-Geral da União (CGU) na reforma ministerial foi criticada em Plenário na sexta-feira por Randolfe Rodrigues (Rede-AP) antes do anúncio da nova composição por Dilma Rousseff. O senador fez um apelo direto à presidente para preservar o status do órgão, que, ressaltou, junto com o Ministério Público e a Polícia Federal, está na linha de frente no combate à corrupção no país.

— De cada real investido na CGU, voltam R\$ 17 para o contribuinte. A CGU já recuperou [desde sua criação, em 2003] R\$ 14 bilhões desviados dos cofres públicos, parte disso na Operação Lava-Jato. Já demitiu 6 mil servidores envolvidos em corrupção e puniu 4 mil empresas por irregularidades na execução de contratos — comentou Randolfe.



Ana Amélia diz que país precisa de “ação objetiva”

Ana Amélia (PP-RS) afirmou na sexta-feira que o sistema político não pode transformar a reforma ministerial num jogo de disputa partidária ou em torno de nomes. Segundo ela, sugestões não podem colidir com o que a presidente Dilma Rousseff “precisa e deve fazer”. A seu ver, o importante é que o resultado possa confirmar a desejada governabilidade.

— Não adianta a gente ficar aqui discutindo quem ganhou mais. O país não pode perder tempo com isso, pois o que precisa é de uma ação objetiva, concreta e competente para superar essa fase amarga e perversa que atravessamos.

Ela frisou que todos os setores estão afetados pela crise, como as pequenas empresas, a seu ver, o “motor da economia”. Lembrou ainda a situação difícil de muitos estados, que estão atrasando salários.



Wellington pede entendimento contra recessão

Wellington Fagundes (PR-MT) pediu que os parlamentares construam saídas para a crise política e avancem na reforma tributária para evitar o agravamento dos problemas na economia.

— Essa crise política tem que ser suplantada, porque a crise política acaba levando muito mais ao aprofundamento da recessão econômica.

O senador considerou urgente a redução da burocracia e da carga de impostos. Defendeu um novo pacto federativo, para que os municípios consigam executar programas fundamentais para a população.

Wellington destacou a responsabilidade do Congresso, em especial do Senado, na construção de caminhos para superar as dificuldades do país.

Ele celebrou também o Dia Internacional do Idoso e o Dia do Vereador, comemorados em 1º de outubro.



Documentário da TV Senado ganha prêmio de jornalismo

Vídeo *Em Busca da Verdade* apresenta casos de violação dos direitos humanos cometidos durante a ditadura militar. Premiação é dada por grupo de entidades que inclui Instituto Vladimir Herzog

COM CONTEÚDO IMPACTANTE, comovente e real, a produção *Em Busca da Verdade*, da TV Senado, lançada em junho, conquistou o 37º Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos, na categoria Documentário de TV. O filme retrata as violações de direitos humanos ocorridas durante a ditadura militar (1964–1985) e que foram investigadas pela Comissão Nacional da Verdade (CNV).

Dirigido pelos jornalistas Deraldo Goulart e Lorena Maria, o documentário de 58 minutos apresenta as principais investigações feitas pela CNV e pelas comissões estaduais da Verdade, revelando como funcionou a estrutura de repressão no país.

Entre os aspectos tratados no documentário, estão os casos do sapateiro Epaminondas, militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que morreu sob tortura em 1971; do ex-deputado Rubens Paiva, dado como desaparecido; e do ex-militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) Stuart Angel, também morto durante o regime.

Lorena destaca que o trabalho é resultado de um esforço conjunto de toda a equipe:

— É um prêmio da TV. Aqui não existe trabalho individual.

Para compilar as 3,4 mil páginas produzidas pela CNV,



Trecho do documentário vencedor, que foi produzido por equipe da TV Senado

foi necessário criar filtros para selecionar os conteúdos retratados na obra, explica a servidora.

— Os casos que entraram no documentário foram os que tinham o relatório oficial parcial na comissão. Ao todo, foram os casos de três pessoas, e em apenas um deles havia sido encontrado o corpo da vítima — explicou.

Deraldo fala sobre o reconhecimento advindo do prêmio:

— Se você não tem o reconhecimento, acaba desmotivado. Sem dúvida, esse prêmio fortalece o nosso núcleo, que, apesar de pequeno, é valoroso.

Ao defender a premiação ao documentário da TV Senado, o professor Vitor Blotta, da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (USP), disse que o trabalho “realmente cumpriu um serviço público fundamental de

destrinchar questões ainda não tão claras do regime militar”:

— O esforço é tanto do poder público, dos meios de comunicação estatais, quanto deve ser também do jornalismo de meios sociais, principalmente porque há demanda pelo direito à informação, das pessoas que não conseguem acessar os documentos diretamente da Comissão da Verdade.

O prêmio é organizado por um conjunto de entidades, tais como Instituto Vladimir Herzog, Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji). O resultado foi anunciado na quarta-feira e a premiação acontece no dia 20, em São Paulo.

Veja o documentário da TV Senado: <http://bit.ly/EmBuscaDaVerdade>

Audiência debate setor de alumínio, ferro e ouro

A Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração faz hoje, às 17h, a segunda audiência pública para debater as atividades que envolvem minerais metálicos (como ferro, ouro e alumínio).

Os convidados para o evento são o presidente da Associação Brasileira do Alumínio (Abal),

Tito Botelho Martins Junior, o presidente da Associação Nacional do Ouro (Anoro), Dirceu Santos Frederico Sobrinho, e o presidente da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa Mineral (ABPM), Elmer Prata Salomão.

A subcomissão, que integra a Comissão de Infraestrutura,

tem como tarefa elaborar um novo marco regulatório para o setor, um dos objetivos da Agenda Brasil. A subcomissão fará uma série de sete audiências públicas para embasar a formulação de um projeto.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Texto prevê venda de imóvel em terrenos de marinha

A comissão mista que examina a Medida Provisória 691/2015 faz duas audiências públicas na próxima semana para debater a proposta que flexibiliza a alienação de imóveis localizados em terrenos de marinha e estabelece a destinação dos recursos obtidos nas operações.

Amanhã o colegiado ouviu representantes do Instituto de Registro Imobiliário do Brasil, do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, da Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urba-

nismo e da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, entre outras instituições. A reunião tem início às 14h30.

Na quarta-feira, serão ouvidos advogados e representantes da OAB, do Ministério Público Federal e da Empresa Municipal de Urbanização do Rio de Janeiro. A reunião está marcada para as 15h.

A MP 691 prevê a municipalização da gestão de praias marítimas urbanas e autoriza a União a contratar a Caixa Econômica Federal para executar ações necessárias ao processo

de alienação. Também delimita os imóveis que poderão ser alienados, devendo estar localizados em áreas urbanas em municípios com mais de 100 mil habitantes e fora da faixa de segurança — 30 metros a partir da praia.

A medida prevê ainda desconto de 25% para as aquisições que ocorrerem no prazo de 12 meses a partir da publicação da portaria que indicará os imóveis aptos a venda.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

ACONTECEU NO SENADO



Crédito responsável será incentivado pelos mecanismos aprovados

Projetos fortalecem defesa do consumidor

■ O Senado aprovou na quarta-feira projetos que atualizam o Código de Defesa do Consumidor. Um deles é PLS 283/2012, que institui uma série de mecanismos de prevenção do endividamento excessivo e incentiva práticas de crédito responsável. O texto foi aprovado na forma de substitutivo e aguarda a votação em turno suplementar para ser encaminhado à Câmara dos Deputados.

PROPOSTA CRIA MARCO LEGAL PARA COMÉRCIO ELETRÔNICO

■ O outro projeto relacionado à defesa do Consumidor é o PLS 281/2012. O texto cria um marco legal para o comércio eletrônico e o comércio a distância no país. Assim como o PLS 283/2012, a proposta terá votação em turno suplementar antes de seguir para análise dos deputados.

LEASING DE IMPORTADOS PODE TER QUE PAGAR ICMS

■ O Plenário do Senado aprovou na quarta-feira a PEC 107/2015, da senadora Lúcia Vânia (PSB-GO), que determina cobrança de ICMS sobre operações de leasing de bens importados com ou sem possibilidade de transferência de propriedade. A PEC seguiu para votação na Câmara dos Deputados.



Peidro Franco/Agência Senado

PROFISSÃO DE DESIGNER É REGULAMENTADA

■ Também na quarta foi aprovado o PLC 24/2013, que regulamenta a profissão de designer e determina que somente titulares de curso superior ou pessoas com experiência mínima de 3 anos podem exercer a profissão. O projeto segue para sanção presidencial.

TEXTO UNIFICA NORMAS DE SEGURANÇA NO PAÍS

■ Os senadores aprovaram na quarta o PLC 33/2014. O projeto, inspirado na tragédia da boate Kiss, em Santa Maria (RS), unifica normas de segurança e cria regras de funcionamento para boates, bares e cinemas. Como houve alterações, o texto volta para a Câmara.



Jefferson Ruy/Agência Senado — 29/9/2015

BLOQUEIO DE BENS DE FINANCIADORES DO TERRORISMO

■ O Plenário do Senado aprovou na terça-feira o Projeto de Lei da Câmara 95/2015. A proposta cria uma ação judicial específica para bloqueio de bens de pessoas ou empresas citadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas como financiadores de terrorismo.

MAIS 2 PROJETOS DA AGENDA BRASIL SÃO APROVADOS

■ Na quarta, a Comissão da Agenda Brasil aprovou o PLS 376/2008, de Paulo Paim (PT-RS), que cria o Fundo de Financiamento para Micros, Pequenas e Médias Empresas, e o PLS 141/2014, sobre o Conselho de Gestão Fiscal.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

IDADE DE APOSENTADORIA COMPULSÓRIA DE SERVIDOR

■ Na terça-feira, o Senado aprovou as mudanças da Câmara ao PLS 274/2015, de José Serra (PSDB-SP), que regulamenta a aposentadoria compulsória por idade aos 75 anos para o servidor público. O projeto vai para sanção.